

RESENHAS

O CONCEITO DE “MODO DE VIDA IMPERIAL” À LUZ DA GEOGRAFIA

BRAND, U.; WISSEN, M. (2021) *Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global*. São Paulo: Editora Elefante, 336p.

Cristiano Pena Magalhães Marques¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte, MG, Brasil

Enviado em 14 dez. 2021 | Aceito em 29 jun. 2023

Ulrich Brand é cientista político e economista, mestre e doutor em Ciência Política pela *Goethe University Frankfurt/Main*, Alemanha. Desde 2007 é professor de Política Internacional na *University of Vienna*, Áustria. Entre outras temáticas, vem desenvolvendo especialmente o conceito de “modo de vida imperial”. Markus Wissen é cientista político, mestre e doutor em Ciência Política pela *Free University of Berlin*, Alemanha. Foi professor assistente na *University of Vienna*, onde trabalhou em parceria com o primeiro autor e, desde 2012, é professor na área de Ciências Sociais na *Berlin School of Economics and Law*, Alemanha.

O livro *Imperiale Lebensweise. Zur Ausbeutung von Mensch und Natur im globalen Kapitalismus*, originalmente publicado em alemão (2017), recebeu em março de 2021 versão traduzida para o português, realizada por Marcela Couto, sob a edição da Editora Elefante. O texto está estruturado em oito capítulos, sendo eles: (1) Nas fronteiras de um modo de vida; (2) Crise múltipla e transformação socioecológica; (3) O conceito de modo de vida imperial; (4) A construção histórica do modo de vida imperial; (5) Modo de vida imperial: a universalização e o aprofundamento global; (6) Automobildade imperial; (7) Falsas alternativas: da economia verde ao capitalismo verde; e, por fim, (8) Contornos de um modo de vida solitário.

1. Geógrafo. Mestre em Geografia e aluno de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6345-7129>. E-mail: cristianommarques@gmail.com.

A obra propõe uma reflexão crítica acerca da problemática ambiental, fundamentada nos padrões de produção e consumo hegemônicos sob o capitalismo em sua fase atual, com ênfase nas relações Sul-Norte global, que implica no acesso desigual aos recursos naturais e humanos em escala mundial. Os autores indicam que estão filiados, sob o ponto de vista teórico-político-conceitual, “[...] na tradição do *realismo político revolucionário* (Rosa Luxemburgo) e do *reformismo radical* (Joachim Hirsch) [...]” (BRAND e WISSEN, 2021, p. 38, grifo dos autores), por compreenderem que os projetos de teor contra-hegemônico necessariamente precisam ser conduzidos em múltiplas áreas e escalas.

O texto se debruça, portanto, na abordagem do conceito de modo de vida imperial, noção que está intimamente associada a ideias consagradas como desenvolvimento e progresso, as quais ganharam destaque notadamente no contexto pós II Guerra Mundial, e que são pautadas no crescimento econômico permanente. Tais paradigmas foram responsáveis por materializar um padrão civilizatório dominante - revolucionando os modos de vida e os comportamentos sociais (NAVARRO, 2011) - e ainda permanecem como concepções que, em grande medida, determinam os rumos das sociedades contemporâneas e, conseqüentemente, do planeta como um todo.

A ideia central deste conceito “[...] é a de que a vida cotidiana nos centros capitalistas só é possível, essencialmente, a partir da constituição de relações sociais entre humanos e relações entre sociedades e natureza *em outro lugar* [...]” (BRAND e WISSEN, 2021, p. 87, grifo dos autores). A expressão vaga “outro lugar” teria sido selecionada propositalmente para realçar a lógica de invisibilidade que envolve os itens básicos presentes no cotidiano dos grandes centros urbanos: seja a origem das matérias primas utilizadas para produzir as roupas que vestem as pessoas, os eletrodomésticos que equipam as residências, ou na infraestrutura de transporte, água e energia elétrica; e também em relação às condições de trabalho associadas a tais itens.

Esses outros lugares, portanto, são locais que servem como origem dos recursos necessários à reprodução dos centros capitalistas, ou como espaços de suporte para seus custos sociais e ecológicos. Deste modo, uma das grandes virtudes do conceito em questão é que ele “[...] conecta a vida cotidiana das pessoas às estruturas sociais parcialmente globalizadas” (BRAND e WISSEN, 2021, p. 91). Segundo Brand e Wissen (2021, p. 89) “[...] é justamente essa invisibilidade das condições sociais e ambientais por trás dos produtos que possibilita a naturalidade da experiência de compra e uso”, normalizando a disponibilidade espaço-temporal ilimitada desses produtos.

Sob a influência da obra de Antonio Gramsci e da teoria da regulação, o conceito parte “[...] do princípio de que uma forma social tão contraditória quanto o capitalismo só pode se reproduzir com a condição de se incorporar às práticas cotidianas e ao senso-comum, tornando-se, por assim dizer, ‘natural’” (BRAND e WISSEN, 2021, p. 90). O modo de vida imperial significa, portanto, um impulso essencial para a reprodução das sociedades capitalistas (BRAND e WISSEN, 2021).

Por sua vez, o adjetivo “imperial” teria sido utilizado como forma de enfatizar sua dimensão global expansionista, o que inevitavelmente se reflete na atual divisão internacional do trabalho, sob a qual os países do Norte global exercem sua hegemonia através de trocas comerciais desiguais, tanto do ponto de vista econômico, quanto ambiental. Conforme destacam Brand e Wissen (2021, p. 167), “o ‘comércio ecologicamente desigual’ se manifesta quando as economias do Norte recebem matérias-primas baratas e, portanto, tornam-se capazes de reter os custos de reprodução da força de trabalho em um nível relativamente baixo”.

É sob essa lógica que países como o Brasil permanecem sendo - desde o período colonial - importantes fornecedores de *commodities* agrícolas e minerais ao mercado mundial, mercadorias estas que historicamente encabeçam as listas dos principais produtos destinados à exportação no país. “Nessa perspectiva, fica evidente como a dominação é normalizada, nas relações neocoloniais

entre Norte e Sul, em termos de classe, gênero e raça, e também nas práticas diárias de consumo e produção, a ponto de não serem mais percebidas” (BRAND e WISSEN, 2021, p. 91).

Contudo, é importante destacar que, para além das relações entre Norte e Sul, a lógica da necessidade de existência de outros lugares também se mostra visível em outras escalas, ou seja, em contextos Sul-Sul ou Norte-Norte. No Brasil, por exemplo, ela pode ser evidenciada sob várias perspectivas. Uma delas certamente é a questão territorial associada à produção de alimentos e água para abastecimento das grandes metrópoles do país, cujas áreas centrais são totalmente dependentes de territórios periféricos, normalmente menos urbanizados e localizadas no entorno dos grandes centros urbanos.

Conforme destacou McMichael (2016), autores clássicos como Kautsky e Lenin já haviam identificado a necessidade de existência de outros lugares em fases capitalistas pretéritas. Sob o que chamaram de “aristocracia do trabalho”, tais autores apontaram que a presença de alimentos de baixo custo – os quais abasteciam os centros imperiais – obrigatoriamente demandava a existência de escravos e trabalhadores rurais mal remunerados em outros lugares.

Mais recentemente, em sua análise sobre o período histórico em que vivemos atualmente, caracterizado pelo meio-técnico-científico-informacional, Milton Santos (2006) também reconheceu este caráter, o qual ele denominou como alienação regional ou local. Tal autor indicou que a intensificação e expansão das relações capitalistas ao longo do globo certamente aprofundaram este processo:

As ações são cada vez mais estranhas aos fins dos próprios homens e do lugar. [...]. Muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias [...]. Isso que estamos vivendo no presente momento histórico, em virtude desse distanciamento e dessa esquizofrenia no processo criador dos eventos, é o que se poderia chamar de alienação regional ou alienação local [...] (SANTOS, 2006, p. 51).

Brand e Wissen (2021) destacaram que foi sobretudo na fase fordista do capitalismo, a qual se concretizou nos EUA a partir da década de 1930, que os centros capitalistas se transformaram definitivamente na direção dessa lógica, abrindo caminho para a universalização do modo de vida imperial. É a partir deste período que a obtenção dos itens necessários à reprodução da classe trabalhadora passa a ser baseada majoritariamente na aquisição de mercadorias compradas no mercado, e não mais em bens produzidos por eles mesmos. Foi neste contexto que o carro progressivamente foi se tornando o meio prioritário de locomoção, as refeições passaram a ser cada vez mais industrializadas e as residências se tornaram unifamiliares e equipadas com eletrodomésticos – itens que se tornaram símbolos dos padrões de vida “modernos” e “ocidentais”.

Um dos elementos determinantes para a universalização do modo de vida imperial, portanto, foi o processo de “conciliação de classe fordista”, responsável por harmonizar os conflitos de classe entre trabalhadores e capitalistas (BRAND e WISSEN, 2021). Tal processo consistiu basicamente no aumento da renda da classe trabalhadora - via aumento dos salários – o qual promoveu o incremento do consumo desta classe, permitindo com que o processo de acumulação progredisse sem que houvesse fortes conflitos acerca das formas de produção, da propriedade ou da disposição desses meios (BRAND e WISSEN, 2021). Apenas a distribuição da riqueza na sociedade permaneceu como um ponto de discussão expressivo. “Portanto, o modo de vida imperial virou o terreno de conciliações entre capital e trabalho [...]” (BRAND e WISSEN, 2021, p. 152).

De fato, sabemos que as sociedades urbanas contemporâneas não se realizam com base no princípio da autonomia - típico de comunidades não urbanas, subordinadas ao valor de uso - e sim no princípio da heteronomia, pautado na dependência de capital monetário para a produção e

reprodução social (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2019). Tal processo está diretamente associado ao aprofundamento da divisão social do trabalho e da especialização da sociedade.

No Brasil, por exemplo, diferentemente do período atual, os modos de vida tipicamente rurais - que predominavam no país até a primeira metade do século passado - possibilitavam que grande parte das necessidades fosse suprida em âmbito local ou regional. A transformação desta lógica ocorreu a partir da rápida urbanização do território brasileiro, o qual, em um período relativamente curto, deixou de ser uma "grande fazenda" para se tornar, já na década de 1980, uma das dez principais economias industriais do mundo capitalista (SOUZA, 1994).

Portanto, neste "metabolismo territorial dos modos de vida urbano" (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2019, p. 306) os sujeitos sociais são inseridos de forma heterônoma numa rede de interdependências globalizadas para sustentar a sua produção e reprodução social. Trata-se de uma verdadeira "alienação territorial" de pessoas nas cidades que não podem traçar a origem dos produtos que consomem (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2019). Um dos principais desdobramentos deste fenômeno é, certamente, a pressão sobre outros territórios, os quais acabam absorvendo os altos custos ambientais e sociais associados à produção de matérias-primas, mercadorias e serviços necessários ao seu funcionamento. Conseqüentemente, de maneira simultânea e contraditória, o referido metabolismo territorial representa pré-condição e consequência do modo de vida imperial.

Além de representar um dos núcleos da crise ambiental atual, este fenômeno vem ameaçando cada vez mais os metabolismos territoriais dos modos de vida não urbanos das comunidades camponesas tradicionais e dos povos indígenas (LASCHEFSKI e ZHOURI 2019), os quais, por sua vez, estão inseridos em contextos ecológicos que garantem sua reprodução de forma autônoma. Contudo, com o avanço da sociedade urbana o camponês se tornou "[...] uma figura social que deveria desaparecer ou ser progressivamente removida" (PLOEG, 2008, p. 5), uma vez que são considerados, a partir desta racionalidade, como um entrave ao desenvolvimento da sociedade.

Em síntese, o movimento de expansão da economia capitalista exige a incorporação de novas áreas produtivas ao sistema, o que acarreta na geração de mais resíduos e, também, em impactos diversos às comunidades inseridas nesses territórios, as quais, via de regra, são expropriadas e/ou tem seus modos de vida comprometidos. Tal processo vem promovendo o surgimento de "paisagens operacionais" (BRENNER, 2015, p. 18) monoculturalizadas subordinadas ao metabolismo da sociedade urbano-industrial-capitalista globalizada, levando à "fragmentação e a monoculturalização socioecológica" do espaço fora da cidade (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2019, p. 302).

Como resultado, o aparente 'exterior' das cidades no sistema urbano-industrial-capitalista é composto por um mosaico de paisagens industriais uniformes, cada uma destinada a produzir um determinado produto de mercado ou mercadoria, como plantações agrícolas mecanizadas em larga escala, florestas plantadas, minas, hidrelétricas e similares (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2019, p. 302).

Embora esta lógica tenha sido gerada, originalmente, a partir dos padrões de produção, distribuição e consumo baseados nas estruturas políticas, econômicas e culturais típicas do Norte global, sua racionalidade vem se disseminando, cada vez mais, para outras áreas do planeta. "As práticas e representações da 'boa vida' do Norte global [...]" (BRAND e WISSEN, 2021, p. 47) se tornaram modelo de prosperidade e símbolo da promessa de desenvolvimento e progresso, paradigmas que se universalizaram aliados à ideia hegemônica de "modernidade".

Portanto, "o consenso internacional normativo enfocou a ideia de 'desenvolvimento' como um processo de modernização e industrialização guiado [...]" (BRAND e WISSEN, 2021, p. 156), sobretudo, pelo modelo das metrópoles ocidentais. Conforme destacam estes mesmos autores:

Uma parte fundamental da ‘visão dominante do mundo ocidental’ era a ideia de que a ‘sociedade’ poderia se emancipar cada vez mais da ‘natureza’ ou das restrições naturais por meio de inovações tecnológicas e científicas. O que ocorreu, porém, não foi uma ‘emancipação’ do mundo natural, mas a externalização das consequências de relações extremamente destrutivas entre sociedade e natureza (BRAND e WISSEN, 2021, p 154).

Diante de seu forte poder de atração, o modo de vida imperial vem nutrindo esperanças naqueles que ainda não tiveram a oportunidade de vivencia-lo. Assim, na medida em que países como Brasil, China e Índia progressivamente aprofundam suas economias rumo a relações capitalistas mais intensivas, novos grupos sociais vão se tornando aptos a adota-lo (BRAND e WISSEN, 2021). Tal processo vem representando um dos principais temas discutidos na arena de debates acerca da questão ambiental atualmente, tendo em vista que este é um processo que vem acompanhado do aumento no uso de recursos em geral - notadamente de fontes energéticas, com destaque para os combustíveis fósseis.

Por fim, além de não ter se materializado para a maioria da humanidade, a promessa do desenvolvimento acabou abrindo espaço para a intensificação de concepções racistas e suprematistas, muitas vezes baseadas sobre teorias biológicas pseudocientíficas, as quais serviram e continuam servindo como justificativa para a dominação de outros lugares. Tal lógica se mostrou bastante comum no tratamento das comunidades tradicionais camponesas e indígenas no Brasil, sobretudo no contexto do regime civil-militar (1964-1985) e, mais recentemente, ganhou novo impulso com o fortalecimento de políticas econômicas voltadas ao neoextrativismo, as quais ganharam contornos ultraliberais a partir da eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2019; WANDERLEY, GOLÇALVES e MILANEZ, 2020).

Referências

- BRAND, U.; WISSEN, M. (2021) *Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global*. São Paulo: Editora Elefante, 336p.
- BRENNER, N. (2015) Introduction: Urban Theory Without an Outside. In: BRENNER, Neil (Ed.). *Implosions/Explosions Towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovi. p. 14-35.
- LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. (2019) Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente: a "questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil. *Terra Livre*, v. 1, n. 52, p. 278-322.
- McMICHAEL, P. (2016) *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo e Porto Alegre: Editora da Unesp e Editora da UFRGS. 256 p.
- NAVARRO, Zander. (2001) Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 83-100.
- PLOEG, J. D. (2008) *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 372 p.
- SANTOS, M. (2006) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EdUSP. 259 p.
- SOUZA, M. A. (1994) Geografias da Desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, p. 21-28.
- WANDERLEY, L. J.; GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B. (2020) O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, v. 16. n. 29, p. 555 – 599.